

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Economia

Representação

Comitê Temático do Microempreendedor Individual (MEI)

Representantes



Titular

Antônio Everton Chaves Junior

Economista

Divisão Econômica (CNC)

(Compareceu)



1º Suplente

Evandro Américo Costa

Assessor Executivo

Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (CNC)



2º Suplente

José da Silva

Especialista Executivo

Assessoria de Gestão das Representações (CNC)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 26 de maio de 2021

O encontro contou com a presença de mais de 25 participantes com a finalidade exclusiva de assistir à palestra do diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes), Alberto Farias Gavini Filho.

Antes da explanação, houve apresentações individuais e um minuto de silêncio em homenagem a dois representantes das micro e pequenas empresas (MPE): um do Paraná e outro do Espírito Santo.

Em seguida às considerações de Fábio Silva, coordenador pelo setor público do Comitê Temático do Microempreendedor Individual (MEI), Gavini Filho iniciou a sua participação para elencar inúmeras ações que a Aderes e o Estado do Espírito Santo vêm realizando em favor do segmento empresarial de menor porte, ou seja, MEI, microempresas e empresas de pequeno porte.

Nesse contexto, a Agência se sobressaiu em relação às ações dos demais estados brasileiros, além do que se tem conhecimento hoje. Assim, o Espírito Santo pode destacar o conjunto de ações que têm sido importantes para mitigar os efeitos da crise pandêmica sobre o segmento empresarial de menor porte.

Gavini Filho apresentou uma série de trabalhos espetaculares, reunindo ações entre o governo estadual e as entidades, aí cabendo ao governador do Espírito Santo, Renato

Casagrande (PSD), todos os méritos, uma vez que é um parceiro das entidades e defensor das principais causas das empresas de menor porte.

Hoje, o Espírito Santo conta com uma rede enorme de parceiros para operar com microcrédito, investimentos produtivos, capacitação e ações para auxiliar empresários, entre outras complementares.

Os parceiros são as entidades que abraçam a causa das MPE, como federações, associações, o Sebrae, o próprio governo estadual, as secretarias do estado e o Sistema S, entre outros atores relevantes. As ações são muito integradas, diga-se de passagem, o que torna a efetividade maior, além de a comunicabilidade entre os organismos parceiros ser mais fácil.

Um resultado prático das são as ações junto a bancos comunitários envolvendo créditos não reembolsáveis, o que tem permitido o crescimento do empreendedorismo, principalmente nas regiões mais carentes.

O Espírito Santo possui aproximadamente 4 milhões de habitantes, um universo de pouco mais de 360 mil micro e pequenas empresas, incluindo os microempreendedores individuais. Destes, foram atendidas perto de 14 mil empresas em 2020, algo em torno de apenas 5%.

Contudo, há fila de espera para os atendimentos, e existem recursos disponíveis para todas as empresas demandantes.

O índice de inadimplência é baixíssimo, girando em 2,5%, mostrando que as MPE são boas pagadoras e responsáveis com suas dívidas.

As lideranças locais possuem um papel primordial para que o Espírito Santo venha destacar as suas ações no âmbito da Federação. Sob esse aspecto, caberia aos fóruns estaduais conhecer o que o estado tem feito, de modo a criar projetos e ações semelhantes.

Por fim, Gavini Filho ficou de disponibilizar a sua apresentação. Ela poderá servir de insumo para a elaboração da política nacional que será construída pelo Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE) por intermédio do CT 7 – da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das MPE.

Reunião ordinária realizada no dia 10 de maio de 2021

A reunião contou com aproximadamente 25 pessoas e aconteceu de maneira remota. O objetivo foi buscar consenso para o que levar à próxima plenária do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE). Houve acordo com relação à legislação do microempreendedor individual (MEI), os impostos que são cobrados na política pública dos empreendedores individuais e a possibilidade de criação de uma faixa nova para tributação, que ficaria no intervalo entre R\$ 81 mil a R\$ 120 mil.

Nesse aspecto, o coordenador da iniciativa privada, Ercílio Santinoni, contextualizou o interesse para a reunião. Ele pormenorizou o sentido da criação da rampa, com a

cobrança de 2% em vez de 3%, como parece ser o desejo da Receita Federal do Brasil (RFB).

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) sugeriu que se pleiteasse correção do conceito de MEI, assim como que as diretrizes para os MEI fossem estabelecidas de maneira a serem de fácil entendimento.

Diretor de Gestão e Controle Organizacional Da Associação Brasileira de Franqueados (Asbraf), José Antonio Ramalho ressaltou que a inadimplência é elevada e que, por isso mesmo, as medidas intencionadas poderiam ser menos impositivas em termos de pagamento de impostos.

Sergio Miletto, presidente da Associação Latinoamericana de Micro, Pequenas e Médias Empresas (AlampymeBR) também foi proativo em suas considerações, enfatizando o tipo de trabalho que a sua entidade vem fazendo junto a empreendedoras costureiras, por causa das dificuldades que elas enfrentam para poder participar de vendas coletivas na forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE). Miletto reclamou da Junta Comercial do Estado de São Paulo com relação às exigências e ao entendimento do trabalho do grupo de costureiras, principalmente para que elas possam vender para empresas e setor público através das compras públicas.

Os representantes dos escritórios de contabilidade, tanto a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) quanto o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), manifestaram opiniões convergentes quanto à criação da rampa visando facilitar a vida dos MEI quando estourar o teto hoje fixado em R\$ 81 mil de faturamento por ano.

Além disso, reforçaram a importância do primeiro atendimento ao MEI gratuito através dos escritórios de contabilidade. Nesse aspecto, Santinoni disse que as informações deste atendimento precisam ser mais conhecidas, porque o movimento nas entidades é pequeno, assim com o conhecimento do assunto por parte dos MEI.

Ficou acertado que a CNC irá fazer apresentação na próxima reunião, e a ideia é mostrar o arquivo produzido por Stella Gonçalves, da Divisão Econômica (DE), com a intenção de que o público do Comitê conheça melhor a ferramenta, assim como alguns perfis dos MEI.

O Encontro Nacional das Micro e Pequenas Empresas (Enampe), evento da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas (Conampe), será realizado nos dias 15 e 16 de julho, de maneira presencial. Haverá 150 vagas disponíveis para os que forem para Curitiba - PR, mas o evento será híbrido, ou seja, também poderá ser visualizado pela internet no canal do YouTube.

Foi mencionada a importância dos fóruns estaduais no CT, para que possam levar subsídios do Fórum Nacional para suas regiões. No entanto, havia representantes apenas do fórum do Paraná.